



DIREITO DE IMAGEM E DIREITO DE ARENA NO DESPORTO BRASILEIRO¹

Matheus Bedim de Sá

Juliana Brilhante²

Atualmente, no contexto jurídico brasileiro, nos deparamos com diversas abordagens que demandam um tratamento específico, englobando assuntos que transcendem, inclusive a outras áreas de estudo.

Dentre tais abordagens, há o Direito Desportivo, um campo de discussão e normatização que diz respeito a toda a prática esportiva em âmbito nacional, a sua regulamentação no tocante à exposição midiática de seus eventos e sobretudo, a proteção dos atletas e demais envolvidos neste escopo.

Neste diapasão, faz-se necessário o estabelecimento de uma relação do citado objeto de estudo, com os direitos constitucionais e civis vigentes. Possibilitando assim, uma plena análise no que diz respeito aos principais institutos jurídicos desportivos, o Direito de Imagem e o Direito de Arena.

No tocante ao primeiro direito citado, assim expõe WUST, 2003, pg. 47: “Geralmente, o direito à imagem é entendido pela jurisprudência como o direito de cada indivíduo de recusar a reprodução e difusão de sua imagem sem sua autorização expressa”.

Já em relação ao segundo, enuncia Tubino (2007, p. 23): “Direito de Arena no esporte é um direito pago pela mídia para a transmissão de eventos esportivos. No caso de transmissões televisivas, o direito de arena é constituído pelas imagens dos protagonistas dos eventos”.

Dada a especificidade dos direitos supracitados, sobretudo quando aplicados em um âmbito rigorosamente peculiar aos rotineiramente tratados durante o período de graduação, se faz pertinente o aprofundado estudo sobre tais e a compreensão de seus diversos institutos, bem como seu impacto na ordem jurídica desportiva e na sociedade como um todo.

¹ Pesquisa realizada no trabalho de conclusão do curso de Direito das Faculdades Integradas Vianna Júnior. email: matheusbedimdesa@gmail.com

² Professora das Faculdades Integradas Vianna Júnior e orientadora do trabalho.



Assim sendo, este trabalho tem por objetivo, estabelecer uma análise jurídica sobre a observância de direitos inerentes aos atletas profissionais e às agremiações esportivas. Adentrando, sobretudo, em uma perspectiva doutrinária acerca do Direito Desportivo.

Cumprе ressaltar, no que concerne à metodologia utilizada para confecção deste estudo, que toda a análise realizada, tem embasamento em concepções doutrinárias diretamente atreladas ao Direito Desportivo, bem como, o conhecimento amplo proposto pelo Direito Civil. Além da utilização de jurisprudência referente ao tema e fatos do cotidiano jurídico e esportivo.

Tendo finalizado esta monografia, foi possível observar as peculiaridades dos direitos conferidos aos sujeitos em questão, em relação aos demais indivíduos integrados à nossa sociedade. Dada, principalmente, a exposição destes perante à mídia em geral, consequentemente, demandando um tratamento diverso em todo o arcabouço jurídico que os envolve.

REFERÊNCIAS

TUBINO, Manoel José Gomes. 500 anos de Legislação Esportiva Brasileira: do Brasil Colônia ao início do Século XXI. Rio de Janeiro: Shape, 2002. 282 p.

WUST, Sébastien. La réception par le droit de l'ordre sportif. 162 f. Dissertação (DEA) – Departamento da Faculdade de Direito e de Ciência Política, Université d'Aix-Marseille III, Marselha, 2003.